

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

PROBLEMATIZAÇÃO E GESTO CRÍTICO EM MICHEL FOUCAULT

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6015>

Submetido em: 2023-05-02

Postado em: 2023-05-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

PROBLEMATIZAÇÃO E GESTO CRÍTICO EM MICHEL FOUCAULT

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2914-3032>

vinci@unicamp.br

¹ UNICAMP. Campinas, SP, Brasil.

RESUMO: Pretende-se, ao longo desse ensaio, rascunhar alguns pequenos apontamentos sobre a concepção de crítica em Michel Foucault, atrelando-a ao – ou tornando-a indistinta do – exercício daquilo que o pensador francês denominou em alguns textos tardios de problematização. Prolongando um movimento analítico iniciado há muito, defende-se que o exercício crítico foucaultiano, compreendido como um trabalho permanente e infinito, seria algo indistinto de um movimento de problematização incessante do tempo presente, um movimento capaz de gerar um constante estado de alerta para os modos como nos constituímos enquanto sujeitos no interior da tensão instaurada entre práticas de sujeição e práticas de liberdades. Tal movimento, por seu turno, inspirou certo tom esquivo de seu pensamento, preocupado em jamais adotar uma postura normativa diante de questões de seu próprio tempo. Tais análises almejam fornecer subsídio para pesquisadores da área educacional interessados em se valer do aparato conceitual foucaultiano, mas preocupados em não transmutar as ferramentas metodológicas elaboradas por Foucault em amarras de pensamento. Para tanto, defende-se o recurso às noções plásticas de problematização e à certa concepção foucaultiana de crítica, a fim de pensarmos o diálogo intensivo travado por Foucault com o tempo presente que, de um modo ou outro, não pode ser desconsiderado por aqueles/as que lidam com seu pensamento.

Palavras-chave: Michel Foucault, Problematização, Pensamento Crítico.

PROBLEMATIZATION AND CRITICAL GESTURE IN MICHEL FOUCAULT'S THOUGHT

ABSTRACT: Our aim in this essay is draft some small notes about Michel Foucault's conception of criticism, linking it to – or making it indistinguishable from – the exercise of what the French thinker called problematization in some of your later texts. Extending an analytical movement that began a long time ago, we defend that Foucault's critical exercise, understood as a permanent and infinite work, would be something indistinguishable from a movement of incessant questioning of the present time. A movement, in the matter of fact, capable of generating a constant state of alert for the ways in which we constitute ourselves as subjects. Such analyzes aim to provide subsidy for educational researchers interested in making use of Foucault's conceptual apparatus but concerned with not transmuting the methodological tools elaborated by Foucault into chains of thought. To do so, we defend the use of plastic notions of problematization and a certain Foucauldian conception of criticism.

Keywords: Michel Foucault, Problematization, Critical Thinking.

PROBLEMIZACIÓN Y GESTO CRÍTICO EN MICHEL FOUCAULT

RESUMEN: Se pretende, a lo largo de este ensayo, redactar unos pequeños apuntes sobre la concepción de crítica de Michel Foucault, vinculándola –o haciéndola indistinguible– del ejercicio de lo que el pensador francés llamó problematización en algunos textos posteriores. Prolongando un movimiento analítico que comenzó hace mucho tiempo, se argumenta que el ejercicio crítico de Foucault, entendido como una obra permanente e infinita, sería algo indistinguible de un movimiento de cuestionamiento incesante del presente, un movimiento capaz de generar un estado constante de alerta por las formas en que nos constituimos como sujetos dentro de la tensión que se establece entre prácticas de sujeción y prácticas de libertad. Este movimiento, a su vez, inspiró cierto tono elusivo en su pensamiento, preocupado por no adoptar nunca una postura normativa sobre cuestiones propias de su tiempo. Dichos análisis apuntan a brindar subsidio a los investigadores educativos interesados en hacer uso del aparato conceptual de Foucault, pero preocupados por no transmutar las herramientas metodológicas elaboradas por Foucault en cadenas de pensamiento. Para ello, defendemos el uso de nociones plásticas de problematización y una cierta concepción foucaultiana de la crítica, para pensar el intenso diálogo entre Foucault y el presente que, de un modo u otro, no puede ser desatendido por aquellos/las que lidian con su pensamiento.

Palabras clave: Michel Foucault, Problemización, Pensamiento Crítico.

INTRODUÇÃO

Em uma rara entrevista, concedida ao periódico *Le Nouvel Observateur* no ano de 1979, Michel Foucault defendeu a necessidade de praticarmos uma espécie singular de revolta, uma revolta subjetiva: “[...] é preciso praticar a sublevação, quero dizer, praticar a recusa do estatuto de sujeito no qual nos encontramos. A recusa de sua identidade, a recusa de sua permanência, a recusa do que somos. É a condição primeira para recusar o mundo” (FOUCAULT, 2018, p. 35). Entusiasmado com a Revolução Iraniana que tomava corpo no período e adotando um tom peremptório que raras vezes observamos em suas obras ou em outras entrevistas¹, Foucault acreditava estar diante de uma nova experiência revolucionária que, para além de questionar os desmandos do Estado, colocava em questão a própria subjetividade dos revoltosos. Conforme expresso em outros registros daquela época, para o pensador francês a Revolução Iraniana parecia estar embebida de uma pretensa “dimensão espiritual” (FOUCAULT, 2010a, p. 235) ou, em outros termos, de uma vontade maior manifesta no desejo de “preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer” (FOUCAULT, 2010b, p. 77). A espiritualidade, ainda, seria definida como uma prática por meio da qual: “[...] o homem é deslocado, transtornado, até a renúncia da sua própria individualidade, da sua própria posição de sujeito” (FOUCAULT, 2018, p. 21). Diferente de outras tantas revoltas, para Foucault, os revolucionários iranianos pareciam questionar o modo próprio como foram assujeitados pela história ou a maneira como se deixavam ser governados e governavam a si próprios. Era uma luta, portanto, travada tanto com uma força exterior, o mundo no qual se encontravam, quanto contra aquilo que se é, o modo se constituíram historicamente como sujeitos.

Cético diante do brado lançado por Foucault e atento ao raro entusiasmo por ele demonstrado, o periodista procurou instigar seu entrevistador e, em certa altura, o questionou sobre o quanto essa busca por deixarmos de ser aquilo que somos, recusarmos o mundo, não nos aproximaria de certos ritos de “suicídio coletivo” (FOUCAULT, 2018, p. 36). Arisco e categórico, Foucault limitou-se a responder: “estou vendo o tamanho da armadilha que você me coloca!” (FOUCAULT, 2018, p. 36). O pensador francês parecia intuir que, por trás da pergunta formulada pelo jornalista, vigorava uma sanha por deturpar a análise por ele esboçada, aproximando-a de ações heterogêneas das quais Foucault pouco

¹ Sobre as relações de Foucault com a revolta iraniana, alvo de inúmeras críticas e mal-entendidos, indicamos as exaustivas e polêmicas análises desenvolvidas por Janet Afary e Kavyn Anderson sobre os escritos foucaultiano produzidos ao longo da revolta (AFARY; ANDERSON, 2011).

ou nada poderia opinar. Para além dessa aproximação apressada realizada pelo entrevistador, sua questão expressava uma tensão que vigorou ao longo de toda entrevista, uma tensão atrelada a um desejo por parte do entrevistador por uma análise normativa capaz de erigir uma espécie de guia de conduta foucaultiano, apto a ser aplicado a situações adversas – dos suicídios coletivos a certas revoltas sociais. Esquivando-se, tal qual em outros tantos momentos de sua obra, Foucault optou pelo silêncio. Nada mais adequado para um pensador que sempre recusou o tradicional papel de intelectual e, tal qual expresso em sua introdução ao livro *A Arqueologia do Saber*, primava por adotar uma posição esquiva: “não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo” (FOUCAULT, 2007, p. 9).

Essa posição esquiva foucaultiana, bem conhecida daqueles/as interessados/as em sua obra, buscava afrontar o perfil do *intelectual universal*, elaborada e defendida por Jean-Paul Sartre (1994), compreendido como aquele que espelha o seu próprio tempo e procura mostrar para parcela da população as duras verdades que muitos/as se recusam a enxergar e/ou engaja-se na elaboração de uma teoria normativa interessada em conferir um norte de ação para as revoltas sociais. Contra essa figura, Foucault (2010c) opunha-lhe a figura do *intelectual específico*:

A intervenção do intelectual como aquele que dá lições e avisos quanto às escolhas políticas, a esse papel, confesso, não adiro; ele não me convém. [...] Em compensação, se, por um certo número de razões, um intelectual pensa que seu trabalho, suas análises, suas reflexões, sua maneira de agir, de pensar as coisas podem esclarecer uma situação particular, um domínio social, uma conjuntura e que pode, efetivamente, dar sua contribuição teórica e prática, nesse momento, pode-se tirar disso conseqüências políticas. [...] creio que o intelectual pode trazer, se quiser, à percepção e à crítica dessas coisas elementos importantes, dos quais as pessoas deduzem muito naturalmente, se quiserem, uma certa escolha política. (FOUCAULT, 2010c, p. 371)

Sem qualquer pretensão programática, evitando lançar um olhar normativo aos objetos analisados, Foucault sempre primou por se esquivar de perguntas que demandavam a elaboração de uma única verdade sobre determinados fatos ou que exigiam a elaboração de um guia de conduta, seguindo assim sua compreensão do papel do intelectual, uma compreensão que seguia atrelada a uma compreensão de como o exercício crítico do pensamento deveria operar em nossa sociedade. Para o pensador francês, não cabia falar sobre as virtuais potencialidades da revolução iraniana em curso, experimentadas em ato pelos revoltosos, tampouco prescrever um manual de conduta para futuras revoltas. Ao recusar responder o seu descrente entrevistador, evitava assim correr o risco de assumir uma posição de maestria ou, simplesmente, falar em nome daqueles/as que não possuem voz. Esse caráter esquivo de Foucault ganhou notoriedade sobretudo ao ser transmutado em uma espécie de desejo metodológico, expresso em um singelo pedido endereçado aos/às seus/suas leitores/as, qual seja: “[...] gostaria que meus livros fossem como bisturis, coquetéis molotovs, ou minas, e que se carbonizassem depois do uso, quais fogos de artifício” (FOUCAULT, 2006, p. 57). Esse desejo, por seu turno, expressava o modo como o próprio Foucault conferia certa plasticidade às suas ferramentas metodológicas, expressava ainda sua singular concepção do que viria a ser a crítica, compreendida como uma atitude que, em sua manifestação, exige jogar com certas práticas de sujeição social por meio de um exercício de problematização daquilo que somos marcado por sua efemeridade. O pensamento, em Foucault, jamais procuraria esboçar guias de conduta universais, mas sim animar intervenções pontuais, atuando ao lado de práticas de liberdade restritas.

Ao questionar Foucault sobre um eventual caráter suicida de sua filosofia, o periodista do *Le Nouvel Observateur*² optou por ignorar esse singular apelo foucaultiano e tampouco considerou a plasticidade inerente ao seu pensamento – um pensamento aberto para apropriações e experimentações de ordens diversas, mas pouco afeito a glosa academicista ou militante –, apenas procurou extrair de seu entrevistado uma fórmula qualquer capaz de sintetizar um programa político de cunho foucaultiano ou

² O periódico em questão, conforme notou Didier Eribon (2020), seria um dos principais representantes de certa guinada neoconservadora na França e ficou conhecido por promover “uma guerra contra tudo que era eminente e lhes fazia sombra” (ERIBON, 2020, p. 276). Ao longo da entrevista, podemos perceber certo rancor do jornalista para com Foucault, endereçando-lhe perguntas incisivas, das quais Foucault se esquivava com certa maestria.

algo que o valha. Quantas vezes, contudo, não cometemos o mesmo deslize em nossas pesquisas com o pensamento foucaultiano? Ora, se seguirmos o veio aberto pelo próprio Foucault (POL-DROIT, 2006), para quem seus escritos deveriam ser considerados um instrumento de trabalho apenas – uma caixa de ferramentas, um bisturi ou alguns fogos de artifício –, um/uma bom/boa leitor/a seria capaz de destruir os rastros de sua influência após o uso de suas obras, apagando as marcas de seu uso. Como realizar uma tal tarefa sem recair em um descaso absoluto para com o pensamento foucaultiano, por meio de uma instrumentalização apressada, e tampouco sem o transmutá-lo em um manual de conduta para ser aplicado aqui e acolá? Como ler Foucault, portanto, não tanto para entender Foucault, mas para se apropriar de elementos de seu pensamento capazes de auxiliar as lutas específicas com as quais lidamos? Eis a armadilha que esse ensaio, sem qualquer pretensão de encerrar a discussão, pretende adentrar, acreditando que uma via possível seria considerando aquilo que Foucault compreende por crítica em toda sua radicalidade e o modo como essa crítica desagua em um conceito plástico caro ao assim chamado *último Foucault*, qual seja: o conceito de problematização.

Se escolhemos nos enveredar por esse labirinto, tal escolha se deve ao fato de atentarmos para um uso cada vez mais recorrente do aparato conceitual foucaultiano nas pesquisas educacionais brasileiras (AQUINO, 2013; 2018). De um lado, conforme nota Júlio Groppa Aquino (2018), muitas pesquisas desenvolvidas na área educacional primam por adotar o instrumental foucaultiano para validar certo denunciamento das práticas de poder inerentes ao jogo pedagógico ou ao caráter disciplinar da instituição escolar; ignorando, assim, o apelo foucaultiano por recuperarmos suas obras não como portadoras de uma verdade universal, apta a alimentar “[...] um tipo de emprego trivial das teorizações foucaultianas nos estudos educacionais, de acordo com o qual se redundaria em uma equação explicativa de vocação tautológica e autossuficiente: onde houver educação, haverá poder e, obrigatoriamente, resistência” (AQUINO, 2018, p. 67). Contamos, sem dúvida, com apropriações menos dogmáticas, mais abertas a lidar com a plasticidade do pensamento foucaultiano, mas mesmo essas podem correr o risco de se transmutarem em uma mera glosa academicista se não adaptarem as ferramentas ofertadas por Foucault às especificidades de seu tempo histórico.

Dado esse extenso preâmbulo, convém apresentar nosso intento. Pretendemos ao longo desse ensaio rascunhar alguns pequenos apontamentos sobre a concepção de crítica em Michel Foucault, atrelando-a ao – ou tornando-a indistinta do – exercício daquilo que o pensador francês denominou em alguns textos tardios de problematização; acreditando, assim, recuperar o caráter esquivo de seu pensamento. Para uma maior compreensão dessa ideia de crítica, ainda, faz-se necessário recuperar a discussão foucaultiana sobre os modos como nos tornamos sujeitos, na tensa relação entre práticas de sujeição e práticas de liberdade. Recuperar essa discussão, defendemos, auxiliar-nos-ia a entender que a atitude crítica que animava as problematizações foucaultianas não miravam a elaboração de prognósticos universais, mas sim questionamentos pontuais que dialogam com o tempo presente e tendem a se esvanecer tempos depois. Prolongando um movimento analítico iniciado há muito (VINCI, 2014; 2015), defendemos que o exercício crítico foucaultiano, compreendido como um trabalho permanente e infinito (FOUCAULT, 2010d, p. 357), seria algo indistinto de um movimento de problematização incessante do tempo presente, um movimento analítico capaz de gerar um constante estado de alerta para os modos como nos constituímos como sujeitos em determinada época, muito próximo à revolta espiritual vislumbrada por Foucault na Revolução Iraniana. Recuperar essa discussão, por seu turno, implicaria insistir no caráter esquivo do pensamento foucaultiano e possibilitaria resgatarmos um vetor importante de sua obra, um vetor plástico, a fim de pensarmos metodologicamente o modo como lidamos com nossas próprias pesquisas.

Ora, o leitor poderia indagar, mas essa glosa não implicaria uma traição ao próprio apelo foucaultiano de como devemos nos relacionar com seu pensamento? Sim e não. Sim, uma vez que, ao realizarmos uma mera exegese de teor acadêmico, esse exercício se encerra em si e pode não fomentar nada além de leituras inofensivas fadadas a mofar no recôndito escuro de alguma biblioteca. Não, uma vez que a criação daquilo que denominou de práticas de liberdade, como notou o próprio Foucault (2010d), passa necessariamente pela apropriação de elementos espalhados pelo campo cultural. Oferecer, pois, um outro acesso a essa discussão pode vir a contribuir para a problematização empreendida por um ou outro e, quem sabe, auxiliá-los na construção de suas próprias problematizações. O ideal, sem sombra

de dúvida, seria que, após a leitura, esquecêssemos de tudo que aqui foi tratado e passássemos a lidar com outras coisas, mais urgentes e vitais, ou, seguindo a leitura de Patrick Chamoiseau (1997), transmutarmos os livros de Foucault não em uma biblioteca, mas naquilo que o autor denominou de *sentimentecas* – uma junção de obras que se prestam não para o entretenimento e/ou o conhecimento, mas nos auxiliam no combate a nós mesmos e aos efeitos da dominação. Se isso será possível, não o sabemos. Insistimos, apenas, no fato deste ensaio ser um trabalho voltado tanto para os/as interessados/as em iniciar seu contato com a obra de Foucault quanto para os/as já iniciados/as, mas que não possui qualquer pretensão totalizante, sendo apenas uma singela leitura, uma interpretação aberta a formas de apropriação e críticas diversas. Aberta, inclusive, ao esquecimento. Que o/a leitor/a não tome essas linhas como o modo correto de ler Foucault, tampouco enxergue alguma espécie de prescrição, trata-se apenas de um endereçamento filosófico ao autor dentre tantos outros, um modo interessado em resgatar certas linhas de força específicas do pensamento foucaultiano. Acreditando, em companhia de Foucault (2010d), não ser possível separar o tempo da crítica do tempo da transformação, o tempo do pensar e o tempo do agir, apresentamos alguns breves questionamentos que, ao longo dos últimos anos, têm nos acompanhado tanto em nossa pesquisa quanto em nossa vida... embora saibamos, cada vez mais, serem ambas indissociáveis.

PRÁTICAS DE SUJEIÇÃO E PRÁTICAS DE LIBERDADE: UM BREVE EXCURSO

O caráter esquivo do pensamento foucaultiano decorre da compreensão por parte do autor de uma íntima relação entre os campos da ética, da estética e da política, bem como na relação dessas esferas com os modos como nos constituímos enquanto sujeitos. Em um diapasão foucaultiano, o processo de subjetivação hodierno passaria tanto por práticas de sujeição, envolvendo desde a disciplinarização dos corpos até mesmo a introjeção subjetiva de certa moral, quanto por práticas de liberdade que envolveriam “um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural” (FOUCAULT, 2010d, p. 291). Por meio destas supramencionadas práticas de liberdade, construiríamos aquilo que outrora se denominou de uma ética da existência ou, conforme acepção advinda da antiguidade, uma *bela vida*; uma vida compreendida como uma obra de arte cuja beleza seria a justa expressão de sua retidão ética, da proximidade estabelecida entre discurso e prática, intenção e gesto. As práticas de liberdade não se contrapõem imediatamente às ditas práticas de sujeição, diferenciando-se destas mais por conta do caráter plástico que assumem.

O entrelaçamento entre ética e estética, esferas que se confundem no dito *último Foucault*, comportaria conotações políticas, uma vez que as práticas de liberdade, na maioria das vezes, iriam de encontro aos ditames rituais e aos valores morais impostos pelos exercícios de sujeição. Nossa existência, por conseguinte, seria apenas o desdobramento dos embates entre essas distintas práticas, embates que, por seu turno, seriam a condição primeira para o exercício da política. Não seria possível, conviria perguntar, realizarmos uma revolução capaz de nos libertar das perniciosas práticas de sujeição para, enfim, passarmos a viver em um mundo mais ético, no qual vigorariam apenas as ditas práticas de liberdade? Para Foucault (2010e), não. Qualquer tentativa nesse sentido implicaria transmutar um conjunto específico de práticas de liberdade em novas práticas de sujeição, erigindo assim uma nova moral e novos exercícios disciplinares. Por esse motivo, a única revolução possível seria sempre de ordem subjetiva, envolvendo uma intensa e infinita problematização daquilo que se é em determinado contexto, um trabalho infinito de problematização crítica.

Essa tarefa problematizadora partiria sempre de uma premissa, qual seja: de um modo ou outro, em nossa existência cotidiana, seríamos sempre governados por algum sistema de pensamento ou por algum código de conduta. Longe de enxergar um aspecto negativo nesse fato, o pensador francês compreendeu que ser governado constituiria a única condição de possibilidade da revolta. “Depois de tudo, somos todos governados e, sob este título, solidários”, defendeu o pensador em um manifesto intitulado O direito dos homens em face aos governos, e prosseguiu “porque pretendem ocupar-se da felicidade das sociedades, governos arrogam-se o direito de passar à conta de lucros e perdas a infelicidade dos homens” (FOUCAULT, 2010e, p. 369). Ora, seria contra as práticas de sujeição, interessadas unicamente nessa felicidade das sociedades, e a favor da dita felicidade dos homens que as práticas de

liberdade ganham contorno, compreendendo assim que “a infelicidade dos homens não deve jamais ser um resto mudo da política. Ela funda um direito absoluto de levantar-se e dirigir-se àqueles que detêm o poder” (FOUCAULT, 2010e, p. 370). Não haveria revolta, por conseguinte, se não houvesse alguma forma de governo ou alguma prática de sujeição. Por esse motivo, qualquer ideal universal bem como toda e qualquer teoria normativa, voltada para dizer aos indivíduos como agir e se portar, estaria sempre fadada ao fracasso, caso não se leve em conta esses contextos específicos e esse resto mudo da política. O apelo foucaultiano por uma posição teórica mais esquiva, nesse sentido, iria ao encontro desse horizonte maior de seu pensamento.

Se Foucault recusa adotar posições peremptórias, erigir guias de conduta, isso se deve por seu interesse em não alimentar uma prática de sujeição qualquer. Obviamente que não podemos jamais controlar os modos como nosso pensamento ser apropriado e utilizado, sempre correremos o risco de ver nossas ideias conferindo estofa a práticas de sujeição as mais diversas. Por esse motivo, atento a tal risco, Foucault apena para um gesto crítico singular, voltado para uma problematização sem fim daquilo que se é. A concepção foucaultiana de crítica, embora devedora da herança kantiana, confere ao seu trabalho uma certa plasticidade, plasticidade bem encarnada na concepção de problematização.

O GESTO FOUCAULTIANO DA CRÍTICA

Certa feita, em uma entrevista publicada sob o polêmico nome de *É importante pensar?*, Foucault buscou esboçar as características de certa atitude denominado por ele de atitude crítica. Não era a primeira vez que o pensador se aventurava por essa seara, tendo apresentado alguns anos antes uma conferência de mesmo tema para a *Sociedade Francesa de Filosofia*, e tampouco seria a última, visto que a questão da crítica amiúde retornará no assim chamado *último Foucault*. Tal atitude, seria a marca daquilo que, posteriormente, o pensador francês reconheceria como uma “atitude de modernidade”, compreendendo tal atitude como

[...] um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguém; enfim, uma maneira de pensar e sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *éthos*. (FOUCAULT, 2010h, p. 341-2, grifos do autor)

A associação dessa ideia de uma atitude crítica com alguns pressupostos éticos, contudo, recebeu um tratamento especial na entrevista supramencionada. Ali, seria possível perceber os modos como Foucault se abstém de transmutar a ideia de crítica em uma espécie de universal, ao evitar reconhecer nela uma tarefa de contornos precisos e/ou função definida. A atitude crítica, para o pensador, deveria se confundir com o próprio exercício do pensamento, algo sempre inacabado e informe, em constante movimento. Esse desvio, por meio do qual Foucault atrelou o exercício da crítica ao ato de pensar, exigiria uma mudança em relação aos contornos epistemológicos de nossa época, exigiria a abolição da cisão entre pensamento e sensibilidade, bem como entre indivíduo e sociedade, erigida com o projeto moderno cartesiano (DESCARTES, 2016) e continuada pelos séculos posteriores, mormente por Kant. A crítica, em primeiro lugar, não diria respeito exclusivamente ao pensamento em si, devendo ser estendida também para o campo sensorial – o modo como sentimos e nos portamos –; além disso, uma atitude crítica deveria pressupor uma indistinção entre o eu e a comunidade, compreendendo que aquilo que sou passa necessariamente por um jogo travado entre as práticas de sujeição e as práticas de liberdade presentes em determinada sociedade. Seguindo essa senda, Foucault vociferou:

É preciso se liberar da sacralização do social como a única instância do real e parar de considerar como vã essa coisa essencial na vida humana e nos relacionamentos humanos, quero dizer, o pensamento. O pensamento, isso existe além e aquém dos sistemas e edifícios do discurso. É alguma coisa que às vezes se esconde, mas sempre anima os comportamentos cotidianos. Há sempre um pouco de pensamento, mesmo nas instituições mais bobas, há sempre pensamento, mesmo nos hábitos mudos. (FOUCAULT, 2010d, p.356)

Afora a defesa entusiástica dessa instância denominada de realidade, compreendida por Foucault (2009) como um campo de experiências possíveis em determinado contexto histórico, e dessa necessidade de frisar a importância do pensamento para as nossas vidas, surpreende constatar o caráter quase que absoluto do pensar. Presente nas mais diversas instituições e, até mesmo, nos hábitos os mais silenciosos, o pensamento não seria compreendido pelo pensador francês como algo apartado do agir e/ou mesmo como mero conteúdo a ser expresso por um enunciado expressivo ou alguma materialidade qualquer – uma obra de arte, por exemplo. O pensamento não estaria acima ou abaixo de qualquer uma dessas instâncias, pelo contrário, ele as animaria e lhes daria forma. E justamente por esse seu caráter absoluto que, por vezes, apresentaríamos alguma dificuldade em apreendê-lo.

Evanesciente, não conseguiríamos reconhecer imediatamente quais pensamentos seriam responsáveis por animar certos gestos, tidos como naturais e cujo tempo acabou por transmutar em hábito. Por esse motivo, Foucault não hesitou em afirmar, sintetizando sua posição sobre o que seria essa atitude crítica por ele defendida: “fazer a crítica é tornar difícil os gestos mais simples” (FOUCAULT, 2010d, p. 356). Ali, naquele rincão obscuro denominado de hábito, sem que o percebamos, poderíamos encontrar certo modo de pensar que, por seu turno, seria o responsável por moldar aquilo que somos. A tarefa crítica para Foucault, em resumo, consistiria em apreender, a despeito do quão recôndito esteja, o pensamento capaz de animar qualquer mínima expressão de nossa existência. Sem esse trabalho crítico, não seria possível a construção de uma ética outra, ancorada em práticas de liberdade específicas.

A radicalidade do projeto crítico foucaultiano residiria, pois, no deslocamento operado em relação àquele forjado por Immanuel Kant, mormente em relação a cisão da razão em duas: uma dita pura e outra, prática. A crítica kantiana, responsável por aperfeiçoar os detalhes do projeto cartesiano, restou associada à compreensão dos limites, em primeiro lugar, daquilo que poderíamos/conseguiríamos pensar – o objeto da primeira crítica kantiana, a *Crítica da Razão Pura* – e, posteriormente, das limitações morais de nossas ações – objeto da segunda crítica, voltada para o escrutínio da razão dita prática. Para Foucault, embora o autor não denegue o projeto kantiano – antes, como nota Celso Kramer (2011), opte por filiar-se a uma discussão ética aberta por Kant em seus textos menores –, não seria viável cindir a tarefa crítica em uma frente pura seguida de uma frente prática, tampouco conviria seguir com a hierarquização promovida por Kant entre ambas as esferas, embora tal cisão e hierarquização sejam meramente retóricas. Se Kant procede com essa cisão, conforme nota Gerard Lebrun (2003), tal fato decorre de sua compreensão de que certos aspectos morais impensáveis no âmbito da razão pura, como a ideia de Deus, deve retornar no âmbito da razão prática visando condicionar os nossos modos de conduta. Será sobre essa seleção de objetos, aqueles passíveis de serem pensados em um âmbito – o da moral – e não em outro – o das ideias puras –, que recairá a crítica foucaultiana. A revolução prometida pela adoção de uma perspectiva crítica só seria possível caso a modificação dos nossos modos de pensamento pudesse ocorrer de modo concomitante com a renovação de nossos códigos de conduta.

Se não houvesse, na base, o trabalho de pensamento sobre si mesmo e se efetivamente os modos de pensamento, quer dizer, os modos de ação, não foram modificados, qualquer que seja o projeto de reforma, sabemos que vai ser fagocitado, digerido pelos modos de comportamentos e de instituições que serão sempre os mesmos (FOUCAULT, 2010d, p. 357)

A cisão empreendida pela crítica kantiana impediria essa modificação conjunta almejada por Foucault, visto carrear uma certa hierarquização entre o espaço do pensar e o espaço do agir. Em Kant, deparamos com um apelo por uma obediência irrestrita à moral esclarecida, de modo que nossas ações sejam conforme ao julgo de certos imperativos racionais embrenhados de valores universais – o dito imperativo categórico, sintetizado na fórmula kantiana age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal. Para o filósofo alemão, entusiasta do reinado do prussiano Frederico II, ao elegermos um monarca esclarecido, convém obedecermos aos seus mandos sem qualquer espécie de questionamento imediato. Posteriormente, fora de nossas funções, podemos esboçar uma ou outra crítica, desde que estas fiquem restritas aquilo denominado por Kant (2011) de um público letrado, uma comunidade fechada composta por eruditos. Apenas no âmbito do pensar, desde que não seja um pensar irrefletido ou imediato, podemos exercer a crítica, no mais devemos apenas obedecer – “raciocinai,

tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; apenas obedecei!” (KANT, 2011, p. 35) . Essa relação entre certo sistema político e um apelo a uma obediência irrestrita, para Foucault, deveria ser problematizada. Toda e qualquer conduta, diz-nos o pensador francês (2010f), derivaria de relações complexas estabelecidas entre sistemas de pensamento e códigos morais de conduta. Caso deixemos de problematizar essas relações, uma instância acabaria por fagocitar a outra e acabaríamos por obedecer a certos imperativos que, a despeito de racionalmente os criticarmos, se entranhariam naqueles nossos hábitos mais mudos. Ao aceitarmos a obediência, por exemplo, como paga pelo livre exercício do pensamento, aceitaríamos também perder a possibilidade de moldar eticamente a nossa existência por meio do enfrentamento de certas práticas de sujeição.

Por esse motivo, para aqueles/as imersos no campo das pesquisas e em educação em diálogo com o pensamento foucaultiano, convém buscar a racionalidade que anima certas práticas canônicas ou não presentes na área, os imperativos que habitam os recantos mais insuspeitos de nossas práticas educacionais. Foucault, portanto, não seria convocado para corroborar novas práticas no campo do pensamento educacional, práticas acentuadamente foucaultianas, mas sim auxiliar-nos na problematização do trivial e do corriqueiro em Educação. Diante disso, convém alimentarmos certas desconfianças em relação aos estudos engajados em fornecer um horizonte foucaultiano para nossas práticas, antes convém buscarmos em Foucault uma traiçoeira companhia de pensamento, compreendendo que suas ferramentas teóricas podem tanto moldar práticas de liberdade quanto engendrar novas práticas de sujeição no campo do pensamento pedagógico. Para evitarmos essa armadilha, convém nos alinharmos a esse projeto de teor crítico defendido pelo filósofo francês.

O projeto crítico forjado por Foucault, assim, buscaria sondar não apenas aquilo que, aparentemente, pensamos e/ou acreditamos conhecer, mas também o impensado do pensamento, aqueles imperceptíveis imperativos sociais reguladores de nossas condutas. Tornar difícil os gestos mais simples, pois. Poderíamos, quiçá, sintetizar esse prognóstico em uma singela pergunta: qual pensamento lhe governa quando você acredita não estar pensando? A radicalidade dessa questão, cingida com ares foucaultianos, residiria no fato de que ela não se preocupa com aquilo que um indivíduo faz ou diz fazer, tampouco com aquilo que ele narra para si próprio de maneira consciente, mas sim com aquilo impossível de receber qualquer tratamento expressivo senão por meio de gestos/atitudes naturalizados pelo agente. Isso não significa um aceno foucaultiano a certo elemento inconsciente, conceito pouco utilizado pelo filósofo ao longo de sua obra. Em *Doença Mental e Psicologia* (FOUCAULT, 1975), há uma breve crítica ao inconsciente, compreendido como um termo que apontaria para certa essência velada do indivíduo, impossibilitando apreender que sua origem deve sempre ser compreendida como histórica e como desdobramento de conflitos do indivíduo com o meio sócio-histórico que o cerca. A atitude crítica, nesse diapasão, possibilitaria operar como uma analítica dessa construção de elementos inconscientes e atuar como uma espécie de clínica. Como, contudo, realizar efetivamente uma tal crítica? Por meio, acreditamos, daquilo que Foucault denominou de problematização.

PROBLEMATIZAÇÃO COMO GESTO CRÍTICO

Conceito pouco explorado do corpus foucaultiano, a noção de problematização ganhou relevo nas obras publicadas a partir de meados da década de 1970 – mormente os tomos finais da coleção *História da Sexualidade*. A despeito de ter surgido tardiamente, Foucault considera tal noção como uma das mais importantes em seu corpus teórico, chegando a afirmar que: “a noção que unifica os estudos que realizei desde a História da Loucura é a da problematização, embora eu não a tivesse isolado ainda suficientemente. Mas sempre se chega ao essencial retrocedendo; as coisas mais gerais são as que aparecem em último lugar. É o preço de qualquer trabalho em que as articulações teóricas são elaboradas a partir de um certo campo empírico” (FOUCAULT, 2010g, p. 242). Problematização, para Foucault (2010g), seria uma maneira de apreender, em determinado momento histórico, como se constituíram um conjunto de práticas – discursivas e não-discursivas – que, de um modo ou outro, carregariam consigo problemas políticos importantes. O vislumbre de tais práticas, por seu turno, sempre levaria em consideração focos de experiência específicos – a loucura, a delinquência ou a sexualidade, no caso de Foucault – e procuraria fornecer subsídios para que os indivíduos possam repensar os jogos travados

com certas tecnologias de sujeição – os códigos morais, as disciplinas etc. – e elaborarem estratégias de enfrentamento – as ditas contracondutas, ou as práticas de liberdade. Por esse motivo, a problematização seria considerada por Foucault como um gesto eminentemente político:

Trata-se, então, de pensar as relações dessas diferentes experiências com a política: o que não significa que se buscará na política o princípio constituinte dessas experiências ou a solução que regulará definitivamente o seu destino. É preciso elaborar os problemas que experiências desse tipo colocam para a política. (FOUCAULT, 2010g, p. 228)

Os problemas advindos da problematização, considerado um ato de pensamento e um movimento de análise crítica por Foucault, seriam os responsáveis por permitir a um indivíduo tomar uma distância em relação a certa “maneira de fazer ou de reagir” (FOUCAULT, 2010g, p. 232) e adquirir uma espécie de liberdade “em relação àquilo que se faz” (FOUCAULT, 2010g, p. 232). Portanto, o gesto problematizador se colocaria sempre ao lado das ditas práticas de liberdade, fornecendo-lhes o material para a invenção de contracondutas capazes de tensionar e recusar os modos como somos governados.

O gesto problematizador buscaria operar um duplo movimento, por conseguinte. Em um primeiro momento, permitindo a emergência de questionamentos acerca de nossas condutas mais sutis dentro de certo campo experiencial, atento às práticas de sujeição que nos modelam enquanto sujeitos. Ora, tomando o exemplo da sexualidade, de que maneira a sexualidade se manifestaria nos hábitos cotidianos de um indivíduo e quais práticas – discursivas ou não – lhe dariam expressão? Convém salientar não existir uma resposta ou posicionamento correto para Foucault. O alvo das problematizações, uma vez mais, não diria respeito à busca pela verdade, mas visaria abandonar aquela distância estabelecida por Kant entre o que pensamos e aquilo que fazemos; voltar-se-ia, portanto, para a criação de um espaço de estranhamento em relação ao modo como nos permitimos conduzir e as escolhas feitas por cada um de nós.

Após sondar como individualmente cada qual experencia sua própria sexualidade, o movimento de problematização partiria para um segundo movimento analítico, procurando mapear as tensões geradas por essas experiências tanto com as estruturas políticas vigentes quanto com as modalidades de conhecimento disponíveis. Quais seriam, em outros termos, as ideias a priori – sejam elas políticas, científicas e/ou morais - circundantes em um determinado espaço social e quais as suas implicações concretas para as existências individuais? Apenas após a realização desse diagnóstico seria possível fomentar práticas de liberdade capazes de dar vazão a experiências outras, não necessariamente conformadas às práticas de sujeição espalhadas em uma determinada sociedade.

Percebe-se como a problematização se relaciona com as experiências específicas, inserindo-se na tensão instaurada entre práticas de sujeição e práticas de liberdade, mas não se confundiria necessariamente com os sujeitos que as experienciam. Em *O cuidado com a verdade*, sintetizando essa leitura, Foucault afirma:

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.). (FOUCAULT, 2010h, p. 242)

A problematização, conforme podemos depreender do excerto acima, não operaria por um jogo mimético, não haveria um objeto – inventado ou não – a ser apreendido por uma consciência qualquer. Não haveria, em outros termos, nada que preexistisse às próprias problematizações. Por essa razão afirmamos que seu surgimento estaria condicionado à existência das tensões instauradas entre as ditas práticas de sujeição e aquelas denominadas práticas de liberdade. Em outras palavras, não haveria uma consciência problematizadora – a crítica/problematização não remeteria à cisão clássica do sujeito-objeto –, mas apenas práticas que, em um determinado espaço e em um determinado tempo, derivariam do tensionamento entre tecnologias de governo – códigos de conduta disciplinares ou morais, por exemplo – e as resistências surgidas aqui e acolá contra essas mesmas tecnologias. Para o campo das pesquisas educacionais, significaria afirmar que não existem objetos próprios dessa área, antes práticas que

expressam certa racionalidade e produzem certos efeitos no campo. Problematizar essas práticas, por conseguinte, significaria engajar-se em apreender os múltiplos efeitos produzidos por elas em campos diversos, as tensões e as liberdades instauradas. Tratar-se-ia, pois, de uma tarefa infinita, uma vez que cada contraconduta surgida de um gesto problematizador modificaria a relação vigente entre práticas de liberdade e práticas de sujeição, levando à produção de novas tensões que produziriam, por seu turno, novos gestos de problematização e assim por diante... até o fim dos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendimento crítico foucaultiano, bem como o gesto problematizador por ele aventado, convergiria para uma tarefa ética infinita. Uma ética assentada não em valores imutáveis, mas na obrigação de seguir em um constante questionamento sobre aquilo que se é. Poder-se-ia afirmar, pela discussão aqui empreendida, que tal ética, bem como tal crítica, adviria unicamente da tensão entre as práticas de sujeição e as práticas de liberdade, sendo forjada, portanto, por experiências de embate concretas. Uma ética, pois, que não seria meramente reflexiva, tampouco derivaria de hábitos adquiridos, mas implicaria compreender ação e pensamento como instâncias indistintas. Uma ética, ainda, cuja principal força motriz seria justamente o gesto problematizador, esse gesto informe e obscuro surgido dos encontros políticos que condicionam nossa existência.

Paul Veyne (2009), em sua biografia de Foucault, recupera a imagem do peixe encerrado em seu aquário para se remeter a certa força motriz do pensamento foucaultiano. Enquanto vive, o peixe segue encerrado dentro de seu aquário junto com os demais, sem perceber os limites de seu espaço de experiência. Em cada época, argumenta Veyne, “[...] os contemporâneos encontram-se assim fechados em discursos como em aquários falsamente transparente, ignoram quais são e até que existe um aquário” (2009, p. 19). Por conta de seu caráter cristalino, somos incapazes de perceber as limitações desse nosso mundo, desse nosso aquário, por acreditarmos piamente haver um horizonte amplo e infinito a ser experimentado. Ledo engano, imersos tal qual estamos, somos sempre limitados por aquilo que nossa época nos oferece, sempre limitados pelas paredes transparentes – discursos, práticas etc. – de nosso aquário. Como proceder, então? Pensando, conforme a aposta de Foucault ressaltada por Veyne em sua obra. O exercício do pensamento, defende Veyne (2009), assemelha-se ao salto do peixe para fora de seu aquário, momento no qual aquele limitado ser observa panoramicamente o espaço no qual vive, enxergando tanto as suas limitações quanto as possibilidades de experimentação jamais notadas. Na sequência, por não poder viver fora desse espaço que o aprisiona, o peixe retorna para o seu aquário, porém modificado. Esse salto, podemos afirmar, não seria nada além do exercício crítico proposto por Foucault, essa eterna busca por problematizar aquilo que somos e, também, recusar o mundo. Como o salto do peixe, trata-se de um movimento efêmero. Ao retornarmos ao nosso aquário, por mais modificados que estejamos, acabamos novamente nos tornando reféns de seu limitado espaço e, com o tempo, necessitaremos produzir novos saltos, tão efêmeros quanto aqueles primeiros. Eis a sina a qual o pensamento foucaultiano nos ata.

Retornar ao aquário, por fim, não é apenas uma consequência lógica, visto o peixe não portar asas, mas vital, uma vez que não conseguimos viver senão em nosso próprio meio. Ao recuperar certos elementos da Antiguidade Clássica, Foucault jamais buscou reviver aquele momento, a despeito de certas críticas que lhe foram endereçadas, mas apenas saltar para fora de seu tempo a fim de melhor observá-lo, com uma maior distância – seguindo, quiçá, os apelos de Friedrich Nietzsche, autor que questiona: “por que deveríamos dizer tão alto e com tal fervor aquilo que somos, que queremos ou não queremos? Vamos observá-lo de modo mais frio, mais distante, com mais prudência, de uma maior altura; vamos dizê-lo, como pode ser dito entre nós, tão discretamente que o mundo não o ouça, que o mundo não nos ouça! Sobretudo, digamo-lo lentamente...” (NIETZSCHE, 2008, p. 14). Foucault sempre soube, contudo, que sua batalha era contra o seu próprio tempo, seu aquário. Nesse sentido, os conceitos e as análises desenvolvidas por Foucault serviram apenas para municiá-lo de armas em seus enfrentamentos. Sem dúvidas que esse arsenal inspirou e inspira muitos outros, como que por um efeito de contágio, contudo cabe aprendermos a produzir os nossos próprios saltos, entendendo que nosso aquário difere muito daquele que encerrou tempos atrás Michel Foucault. Não devemos esquecer Foucault, como insiste

Jean Baudrillard (1984), mas tomá-lo como companhia de pensamento, um amigo capaz de nos fornecer o impulso necessário para saltarmos para além de – e contra a – nossa época.

Referências

AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin P. **Foucault e a Revolução Iraniana**: as relações de gênero e as seduções do islamismo. Trad. Fábio Faria. São Paulo: Editora É Realizações, 2011.

AQUINO, Júlio Groppa. “Foucault e a pesquisa educacional brasileira: depois de duas décadas e meia”. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n.43, v.1, p. 45-71, jan. 2018.

AQUINO, Júlio Groppa. “A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, p. 301–324, abr. 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **Esquecer Foucault**. Trad. Cláudio Mesquita e Herbert Daniel. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

CHAMOISEAU, Patrick. **Écrire en pays dominé**. Paris: Gallimard, 1997.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Trad. Maria Ermínia de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ERIBON, Didier. **Retorno a Reims**. Trad. Cecília Schuback. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. “Com o que sonham os iranianos?”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VI**: repensar a política. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. pp. 230-236.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. “É inútil revoltar-se?”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. pp.77-81.

FOUCAULT, Michel. “Entrevista de Michel Foucault ao Le Nouvel Observateur”. In: FOUCAULT, Michel. **O Enigma da Revolta**: entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana. Trad. Lorena Balbino. de São Paulo: N-1 edições, 2018. pp. 16-38.

FOUCAULT, Michel. “Isto não é um cachimbo”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**: Estética – literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp.247-263.

FOUCAULT, Michel. “O direito do homem em face dos governos”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VI**: repensar a política. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. pp. 369-370.

FOUCAULT, Michel. “O cuidado com a verdade”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010h. pp. 240-251.

FOUCAULT, Michel. “O que são as luzes”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010h. pp. 335-352.

FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e os poderes”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VI: repensar a política**. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. pp. 371-376.

FOUCAULT, Michel. “Problema, política e problematizações”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010g. pp. 225-233.

FOUCAULT, Michel. “Uma estética da existência”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d. pp. 288-293.

FOUCAULT, Michel. “Verdade, poder e si mesmo”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010f. pp. 294-300.

KANT, Immanuel. “O que é esclarecimento?”. In: Kant, Immanuel et al. **O que é esclarecimento?** Trad. Paulo César Gil Ferreira. Rio de Janeiro, Via Verita, 2011. pp. 23-36.

KRAMER, Celso. **Ética e Liberdade em Michel Foucault: uma leitura de Kant**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2011.

LEBRUN, Gerard. **Kant e o fim da metafísica**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal Editores, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

VEYNE, Paul. **Foucault: o pensamento e a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VINCI, C. F. R. G. (2015). “A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano”. In: *Filosofia E Educação, Campinas*, n.7, v. 2, p. 195–219, jun. 2015.

VINCI, Christian F.R.G. “Michel Foucault: a genealogia, a história, a problematização”. In: *Prometeus: filosofia em revista, Brasília*, v.7, n.15, p. 103-123, mai. 2014.

Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci - Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação-DEFHE da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante dos grupos de pesquisa CNPq: PHALA - Grupo de Pesquisa Educação, Linguagem e Práticas Socioculturais (UNICAMP) e OLHO - Laboratório de Estudos Audiovisuais (UNICAMP).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.